



Assembleia de Freguesia de S. Victor

ATA Nº 17 / 2021-2025

Ao vigésimo nono dia de setembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Escola Dr. Francisco Sanches, sita na Travessa do Taxa, S. Victor, Braga, presidida por Augusto Alexandre da Cunha Dias e secretariado por João Rodrigo da Rocha Gomes Simões Correia, realizou-se a Décima Sétima Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de S. Victor, saída das eleições de 26/09/2021.

Dos membros da mesa, faltou o segundo secretário, Jorge Ferraz, que foi substituído por João Rodrigo. Além dos membros da mesa, Augusto Alexandre Dias e João Rodrigo, eleitos pela JPB, estiveram presentes os seguintes eleitos:

Ricardo Silva 2021 (RS21): António Pedro Seara Sequeira do Vale Peixoto, Cristina Margarida da Silva Fontes, David Alves Ferreira, Inácio Pereira dos Anjos, Paula de Fátima Aveiro Batista Veras, Manuel Fernando de Lima Barroso, Jorge Tiago de Freitas Correia, Elisabeth Tavares da Rocha Valentini, que faltou, tendo sido substituída por Jorge Miguel Sá, por impossibilidade de Daniel Mendes.

Juntos por Braga (JPB): Firmino Marques, José Ferraz e Pedro Folga, por ausência justificada de Jorge Ferraz, Manuel Rocha, Susana Fernandes e Jorge Abreu.

Partido Socialista (PS): Rui Dória. Paula Julieta Caramelo, Luís Amaro Cerqueira.

Coligação Democrática Unitária (CDU): João Melo.

Bloco de Esquerda (BE): Catarina Afonso.

Da Junta de Freguesia, estiveram presentes os seguintes eleitos: Presidente: Ricardo Jorge Pereira da Silva; Tesoureiro: Elisabete Maria Campos Gonçalves; Secretário: Mário José Dias Meireles; Vogais: Abílio Marques Ferreira, Alberto Jorge Braga Ferreira Alves.

Todas as faltas dos eleitos da lista RS21 foram justificadas, conforme documentação em anexo.

Da ordem de trabalhos constavam os seguintes pontos:

Período de intervenção destinado ao público;

Período antes da ordem do dia;

Ordem do dia:



Assembleia de Freguesia de S. Victor

PONTO UM - Ata nº 16/2021/2025, referente à 15ª sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, realizada em 05/05/2025, já aprovada em minuta; -----

PONTO DOIS - Ata nº 17/2021/2025, referente à 16ª sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, realizada em 30/06/2025, já aprovada em minuta; -----

PONTO TRÊS - Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia, a que alude a alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12/09, e situação dos compromissos plurianuais à data de 31/08/2025. -----

Período de Intervenção destinado ao público

No período de intervenção destinado ao público, intervém o senhor Miguel Rocha, cidadão de São Victor, agradecendo em nome pessoal ao executivo na pessoa do Presidente da Junta e todos os restantes eleitos da assembleia. De seguida referiu que em regra geral a assembleia de freguesia tem pouca afluência, e evidencia que a divulgação das mesmas não se encontra facilmente comunicada por parte da Junta nas redes sociais, e que se deve aumentar a divulgação das mesmas. Relata de seguida que este ficou surpreso pela notícia da transferência de competências das duas escolas onde a Junta de Freguesia prestava o serviço de refeições, tendo essa competência transitado para a Câmara Municipal. E por fim perguntou porque é que a delegação destas competências, no caso da Junta conseguir realizar esta tarefa e sendo algo que é reivindicado por todos, foi devolvida à Câmara Municipal. -----

Não houve lugar a mais nenhuma intervenção, pelo que se passou ao seguinte ponto da ordem de trabalhos. -----

Período antes a ordem do dia

No período de antes da ordem do dia, o deputado David Ferreira, eleito pelo Movimento Ricardo Silva 21 (RS21), apresentou um Voto de Pesar ao superintendente Henriques Almeida. Conforme Anexo 1. -----

O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. Seguido de um minuto de silêncio. -----

A deputada Cristina Fontes, eleita pelo Movimento Ricardo Silva 21 (RS21), apresentou uma Declaração Política exaltando os últimos quatro anos de mandato do executivo. Conforme Anexo 2. -----

Catarina Afonso, deputada eleita pelo Bloco de Esquerda (BE), apresentou uma Declaração Política em que declara que esta poderia ser até mesmo uma moção de censura ao executivo. No decorrer do mandato, a bancada do movimento Ricardo Silva 21, apresentou uma sucessão de recomendações e moções, mandatando o executivo da Junta a indagar junto da Câmara Municipal um sem número de situações. Refere que é um mecanismo interno, caricato, e que

Assembleia de Freguesia de S. Victor

as restantes bancadas foram alinhando nas recomendações, imaginando que desta forma estas pudessem chegar a quem de direito de forma mais célere. Mas não houve qualquer seguimento por parte do executivo, deixando de parte qualquer informação e resposta, sendo que preferiam exaltar as atividades às quais o executivo foi convidado a participar. A deputada referiu também que o executivo não descolou do passado, continuando a resguardar-se para a falta de competências da Junta. Apesar da profissionalização de mais um elemento da Junta, com o pagamento de mais um salário para o secretário da Junta trabalhar a tempo inteiro, o executivo não foi capaz de executar os planos propostos, ano após ano. Evidenciou o fraco funcionamento da Mesa da Assembleia e a falta de comunicação entre a Mesa e a Junta. Havendo a dúvida de que todos os documentos terem sido enviados, tal como a fraca comunicação entre os líderes de bancada e a Mesa, tendo a mesma funcionado apenas com dois elementos não significando a assembleia de freguesia. ----- Terminou a sua intervenção apelando à democracia na futura escolha dos fregueses, com votos de que o trabalho futuro tenha maior sentido de responsabilidade e transparência. -----

Período da Ordem do Dia

No período da ordem do dia, procedeu-se à apreciação e votação da Ata nº 16/2021/2025, referente à 15ª sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, realizada em 05/05/2025, já aprovada em minuta, respeitante ao ponto um do período supracitado. A ata foi aprovada com três abstenções, por parte dos deputados António Folga (JpB), Luís Cerqueira (PS) E Catarina Afonso (BE).-----

O ponto dois : a Ata nº 17/2021/2025, referente à 16ª sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, realizada em 30/06/2025, (já aprovada em minuta), foi aprovada com três abstenções, por parte de um deputado do Movimento Ricardo Silva 21, um da Coligação Juntos por Braga António Folga, e um do Bloco de Esquerda, Catarina Afonso. -----

Ponto três: Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia, a que alude a alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12/09, e situação dos compromissos plurianuais à data de 31/08/2025). Tomou a palavra o deputado José Ferraz, para questionar a que se referem as retenções no Mapa de Fluxos de Caixa. Comunicou um pequeno lapso no documento da Informação escrita do Presidente, e terminou informando a cessação da sua atividade autárquica, na qual desempenhou as mais variadas funções ao longo de 50 anos, e agradecendo por toda a atenção e colaboração que cada um lhe prestou ao longo deste seu serviço à comunidade. -----

A Intervenção terminou com um aplauso de reconhecimento e aprovação por parte de toda a Assembleia e o deputado Rui Dória interpelou a Mesa para a apresentação de um Voto de Louvor, em relação ao trabalho e dedicação por parte do deputado José Ferraz. Este Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade e aclamação. -----

Assembleia de Freguesia de S. Victor

O deputado João Melo, da Coligação Democrática Unitária, no ponto sobre a Informação escrita do Presidente referiu que este continua a ser apenas um relatório das atividades onde o executivo esteve presente. Aguardava que esta última informação escrita fosse usada para informar sobre todos os assuntos nos quais o executivo desenvolveu ações ao longo deste mandato, e quais seriam os seus objetivos futuros para a freguesia. Assim como proferir como poderia ter sido melhor a comunicação com a Câmara Municipal, demonstrando que desta forma a informação não presta contas.

Firmino Marques, eleito pela Coligação Juntos por Braga, com referência à intervenção da deputada do Bloco de Esquerda, Catarina Afonso, reconheceu na deputada o condão de unir a oposição neste último mandato, agradecendo a sua intervenção. Referiu a sua participação em todas as assembleias deste mandato, ainda que isso não fosse o esperado, e reiterou que a maioria da execução e estrutura programática da Junta de Freguesia já foi deixada há mais de vinte anos, detalhando alguns destes pontos. Dentro destes exemplos, referiu a Colónia de Férias, e questionou se há alguma gratificação aos colaboradores voluntários, reconhecendo o trabalho por eles prestado à freguesia. Terminou referenciando que pretende estar presente nas assembleias de freguesia do próximo mandato.

O deputado Rui Dória, do Partido Socialista, tomou a palavra naquela que deverá ser a sua [última assembleia de freguesia](#), evidenciando que esta freguesia continua “adiada”. Os contributos infrutíferos por parte da bancada do movimento independente, ainda que elogiando a sua participação, não funcionou neste último mandato. Tudo que foi discutido nesta assembleia não saiu, e que não houve nenhuma luta real para resolver os problemas da freguesia. Terminou a sua intervenção, apelando a que este ato eleitoral traga evolução e capacidade nas decisões dos executivos para a Junta de Freguesia e para a Câmara Municipal, aumentando o potencial do território.

David Ferreira, do Movimento Ricardo Silva 21, tentou esclarecer as contas apresentadas, sobretudo sobre a transferência de competências no apoio às famílias nas escolas da freguesia, em que refere que para que não houvesse um deficit financeiro na Junta, esta competência teve que ser devolvida à Câmara Municipal.

O deputado Luís Cerqueira, do Partido Socialista, em referência à anterior intervenção do deputado David Ferreira, afirmou que é uma inovação que a questão endereçada ao executivo tenha sido respondida por um membro da Assembleia, quando a mesma deveria ter sido respondida pelo executivo e não por um deputado.

David Ferreira esclareceu que a sua resposta decorre dos documentos, e que a explicação foi dada conforme a terá entendido.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia fez a sua intervenção. Agradeceu as questões do cidadão Miguel Rocha, evidenciando que na parte da ausência de maior informação sobre as

Assembleia de Freguesia de S. Victor

assembleias, esta deriva de uma queixa sobre a comunicação em demasia por parte da Junta. Desse modo, para evitar benefícios a qualquer candidato, abrandaram as publicações. Na questão das competências e serviços dos apoios às famílias tem a explicação na sustentabilidade da Junta de Freguesia, que não estava garantida caso houvesse continuidade na competência desse serviço. O executivo tinha a vontade de continuar o serviço, mas não poderiam hipotecar aquilo que são de facto as competências de freguesia. Continuou, reafirmando que não houve na Câmara Municipal o parceiro ideal para que uma maior delegação de competências fosse conseguida, tendo assim defraudado os objetivos deste executivo por via de alguns rostos do executivo camarário. Referiu que a ausência de estratégia por parte da Câmara respalda, na ausência de respostas, para esta delegação de competências, não tendo assim a Junta de Freguesia a oportunidade de executar tudo a que se propôs.

Respondeu à questão da remuneração da equipa dos monitores da Colónia de Férias, afirmando que a sua atividade é totalmente voluntária. Em resposta à questão do deputado José Ferraz, afirmou que a verba referida já estava nas informações anteriores. O Presidente continuou a sua intervenção agradecendo a vivência destes doze anos ao serviço da freguesia, aproveitando para elogiar o trabalho do deputado José Ferraz nas prestações de contas, com quem trabalhou nos primeiros anos, mas afirmando que a Junta de Freguesia teve que realizar uma contratação pública, mais profissionalizada, dado que determinados trabalhos não podem ser realizados de forma amadora.

Terminou afirmando que também para ele será a última assembleia de freguesia no executivo e que espera que a Junta de Freguesia mantenha determinadas atividades no futuro, apresentando alguns exemplos tal como as visitas às Setes Fontes e a Ceia de Natal. Agradeceu os contributos dados durante os mandatos, e fez votos para um bom sufrágio a todos os candidatos.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia proferiu algumas informações finais e respostas sobre o mandato antes de terminar a sessão. Referiu que a Mesa sempre apelou à participação de todos, mesmo dentro das divergências, mas que o órgão não é um órgão executivo, sendo que ao longo dos anos este foi confundido para a obtenção de respostas, as quais deveriam ter sido apresentadas ou solicitadas pelo executivo.

Referiu que demoraram a aprovar o regimento devido à cumprimento da lei da proteção de dados. Afirmou que todos os documentos foram expedidos e explicou a ausência dos elementos da Mesa ao longo do mandato. Agradeceu aos serviços pelos trabalhos prestados. Confidenciou que não foi fácil a comunicação com o executivo, o que não beneficiou o funcionamento normal da Assembleia. Deixou algumas recomendações acerca do funcionamento da assembleia, para que a mesma seja valorizada. Deu por encerrados os trabalhos, agradecendo de forma espacial a todos os membros da assembleia pelo trabalho realizado nos passados quatro anos.



Assembleia de Freguesia de S. Victor

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, já aprovada em minuta, e que será assinada por todos os elementos da Mesa.

Presidente

1º

Secretário
